

HABEAS CORPUS Nº 569.931 - PE (2020/0077776-8)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
ETIENE VIEIRA GONÇALVES
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
PACIENTE : MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

DECISÃO

MARCOS CESAR DE ALENCAR NOYA LEAL alega ser vítima de coação ilegal em decorrência de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**, que indeferiu a liminar do HC n. 0000673-47.2020.8.17.0000.

De plano, verifico que **não foi trazida à colação cópia do *decisum* de primeiro grau**, o que prejudica sobremaneira a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípua afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória.

É cogente ao impetrante, sobretudo quando se tratar de advogado (no caso, Defensora Pública), apresentar elementos documentais suficientes para se permitir aferir a alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração.

Nessa diretriz, menciono:

[...]

2. Na espécie, deixou-se de proceder à demonstração, mediante documentação comprobatória suficiente, de que o auto de constatação de dano realizado seria inidôneo, eis que ausente a peça, cabendo ao impetrante a esmerada

Superior Tribunal de Justiça

instrução do *habeas corpus*, indicando, por meio de prova pré-constituída, o alegado constrangimento ilegal.

3. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC n. 166.551/RS, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, 6ª T., DJe 17/6/2013)

À vista do exposto, nos termos do art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o *habeas corpus*.

Nada impede, porém, à vista dos princípios da economia e da celeridade processuais, que, caso a parte traga a aludida peça faltante, o pedido seja considerado e analisado.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**